

Matriz de Gerenciamento de Riscos

(Processo Administrativo n°____/ 2025)

4	T (~	D / •
1.	Intorm	acnes	Básicas :
1.	111101111	uçocs	Dusicus

- 1.1. Número da Matriz de Alocação de Riscos: ____/2025
- 1.2. Responsáveis: Alessandro Magno Do Nascimento Membro convidado da Equipe de planejamento.
- 1.3. Data:
 - 1.4. **Objeto da Matriz de Riscos:** Contratação da empresa especializada na prestação de serviços para captação de cotas de patrocínio, em gênero amplo, para a 58ª Feira do Caminhão da Prefeitura Municipal de Itabaiana, na conformidade do termo de referência.

Riscos Identificados

	IDENTIFICAÇÃO					IAÇÃO ⁵) AO RISCO	
RISCO	Fase ¹	Evento de Risco ²	Causas ³	Consequências ⁴	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco P x I	Resposta ⁷	Responsável ⁸



R-01	Planejamento da Contratação – Setor de Compras	Preços de referência arrevesados, que não refletem o potencial de captação de recursos.	Deficiência na elaboração do orçamento estimado	Definição de preços das cotas de referência que não refletem os praticados no mercado, com consequente arrecadação abaixo do que poderia vir a ser.	1	4	4	O setor de compras e/ou qualquer outro, eventualmente incumbido de empreender tal fase de planejamento, deverá atentar para as prescrições técnicas contidas na Instrução Normativa SEGES/ME N° 65, de 07 de julho de 2021, bem como as prescrições técnicas engendradas pelos órgãos de controle, com o fito de conceber preço de referência que reflita a realidade de mercado.	Contratante
------	------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---	---	---	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------



R-02	Planejamento da Contratação	Não assistir interessados no pregão	"falha na divulgação do instrumento contratual"	Não formalização de instrumento	1	4	4	Contratar emergencialmente; abertura de PAAP	Contratante
R-03	Planejamento da Contratação	As empresas não conseguirem atender aos comandos edilícios	"Falha na estipulação dos comandos do edital"	Não formalização de instrumento	1	4	4	Contratar emergencialmente; abertura de PAAP	Contratante
R-04	Planejamento da Contratação	Especificação e quantidade insuficiente dos produtos	Falta de verificação ou verificação incorreta do potencial econômico a ser explorado no evento.	Possibilidade de prestação de serviço ineficiente que não capte o potencial máximo de recursos.	1	4	4	Descrever o (s) item (ns) e quantidades do certame licitatório de forma a atender as especificações necessárias para o pleno atendimento das necessidades. Mesmo adotando a ação de mitigação de riso e este acabe por se materializar, a administração	Contratante



			deverá conceber os atos necessários para elidir a situação, seja através do competente aditivo de preços, na forma do Art .124 e seguintes, ou empregar medidas diversas. Ademais, considerando que se trata de captação de recursos, bem como que demanda um alto grau prévio de tempo, para que se estabeleça a competente prospecção de patrocinadores, bem como que eventuais aumentos	
			eventuais aumentos não é lesivo ao patrimônio, já que não irá aumentar a	



								despesa, mas sim de aumentar a recita, no sentido que irá se receber mais recursos. Assim, acaso a empresa capte mais recursos, em patamar superior aos 25%, estabelecido pelo Art. 125, deverá ser feito o competente aditivo superior, na forma da decisão 215/99 do TCU, para que o município aufira mais recursos.	
R-05	Planejamento da Contratação	Fixação, no edital, de prazo de validade das propostas insuficiente para a conclusão do certame e	Alta complexidade do objeto e pouca expertise da equipe responsável	Consequente liberação dos licitantes dos compromissos assumidos em suas propostas (art. 90, § 3°) antes de	2	4	8	O setor técnico deverá, quando da elaboração dos atos inerentes ao planejamento, concebe-lo de modo portentoso,	Contratante



		formalização do contrato,		formalizada a contratação e impossibilidade ou dificuldade de contratar nas condições ofertadas pelo vencedor, de negociar melhores condições com os remanescentes ou até mesmo contratar nas condições originais por eles ofertadas (art. 90, §§ 2° e 4°).				de modo a fornecer à equipe de licitação os elementos mínimos necessários para conceber, de modo perfunctório, os comandos editalícios. Mesmo adotando- se a medida de mitigação de riscos, acaso o evento se materialize, deverá ser avaliado a pertinência em se adotar as medidas necessárias para se conceber a contratação de modo diverso.	
R-06	Licitatória	Seleção de prestador de serviços sem condições de cumprir o contrato	Entendimento de que a busca por resultado mais vantajoso para a Administração	(1) Consequentes questionamentos, paralisação do certame e atraso do atendimento da	2	3	6	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se precatar no ato de	Contratante



	prevalece sobre o	necessidade da		julgamento das	
	princípio básico	administração;		propostas, de modo	
	de vinculação ao	(2) Falha na análise		a, em especial,	
	edital, levando à	das propostas		solicitar auxílio	
	aceitação de	apresentadas,		técnico dos órgãos	
	proposta que	levando à ausência		competentes para	
	esteja em	de identificação de		discernir, em	
	desconformidade	encargos tributários		eventual	
	com o edital e à	superdimensionados		incidência, de erro	
	quebra da	nas planilhas de		essencial que não	
	isonomia entre os	preços, com		pode ser	
	participantes	consequente		convalidado,	
	rr	contratação por		importando, assim,	
		valores mais		na desclassificação	
		elevados		da proposta, como	
		(3) Licitante		modo de resguardar	
		vencedor apresentar		o interesse público,	
		proposta com preços		bem como	
		de alguns itens		procedendo a	
		abaixo do mercado		compete motivação	
		(subpreço) e de		dos atos, na forma	
		outros itens acima		do Acórdão N°	
		do mercado		977/2024 –	
				Plenário – TCU,	
		(sobrepreço), mas de forma que o valor		como meio de	
		proposta seja o		apresentação de	



				menor, levando à contratação de proposta que não reflete a realidade dos preços de mercado (contendo "jogo de planilhas"), com consequente superfaturamento contratual (danos ao erário) em caso de utilização, mediante termo aditivo ao contrato, de quantidade maior dos itens com sobrepreço e/ou menor dos itens com subpreço.				esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protelem a conclusão do processo. Mesmo adotandose a medida de mitigação de riscos, acaso o evento se materialize, deverá ser avaliado a pertinência em se adotar as medidas necessárias para se conceber a contratação de modo diverso.	
R-07	Licitatória	Ocorrência de agudização do princípio da vinculação do princípio da vinculação ao	Falta de capacidade técnica do agente ou dos membros da comissão de contratação,	Consequentes questionamentos, paralisação do certame e atraso do atendimento da	2	3	6	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se precatar no ato de julgamento das	Contratante



instrumento editalício e, por excesso de formalismo, desclassificar proposta vantajosa para administração.	levando à desclassificação precipitada de proposta por erro sanável	necessidade Administração	da		propostas, de modo a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos competentes para discernir, em eventual incidência, de erro essencial, que não pode ser convalidado, importando, assim, na desclassificação da proposta, como modo de resguardar o interesse público, bem como procedendo a compete motivação dos atos, na forma do Acórdão N° 977/2024 — Plenário — TCU, como meio de inibir a apresentação dos órgãos compete motivação dos atos, na forma do Acórdão N° 977/2024 — Plenário — TCU, como meio de inibir a a apresentação	
					esclarecimentos,	



								recursos e/ou medidas judiciais que protelem a conclusão do processo. Mesmo adotandose a medida de mitigação de riscos, acaso o evento se materialize, deverá ser avaliado a pertinência em se adotar as medidas necessárias para se conceber a contratação de modo diverso.	
R-08	Licitatória	Desclassificação de propostas, por inexequibilidade, sem que se seja franqueado à oportunidade em se demonstrar a exequibilidade.	Ante a ausência de capacidade técnica, o agente de contratações e/ou membros da comissão de contratação podem empreender	Consequente perda de oportunidade de obter resultado mais vantajoso para a Administração, ou questionamentos e paralisação do certame	1	4	4	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá observar o princípio do formalismo moderado, bem como o §2° do Art.	Contratante



			desclassificação sumária de proposta sem realizar diligências para aferir a exequibilidade ou exigir do licitante que ela seja demonstrada					59, da Lei Federal N° 14.133/2021, sempre que viável, sempre devendo registar suas motivações de modo robusto, em reverência ao princípio da motivação e, em especial, conforme o orientado pelo emérito Tribunal de Contas da União – TCU, quando da prolação do Acórdão N° 977/2024 – Plenário.	
R-09	Licitatória	Aceitação de proposta com preços inexequíveis	Falta de capacitação, bem como desídia e/ou incúria, dos servidores públicos	(1) o contratado vem a pleitear frequentes alterações contratuais para elevar a sua remuneração, com	1	4	4	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se precatar no ato de julgamento das propostas, de modo	Contratante/ Contratado, a depender da ação empregada no caso concreto.



incumbidos tal consequente aumento do custo da fiscalização do a, em especial, solicitar auxílio técnico dos órgãos	
ficalização do técnico dos érgãos	
liscanzação do ligidos lecinico dos orgaos ligidos lig	
contrato para gerir competentes para	
os frequentes discernir, em	
conflitos com o eventual	
fornecedor. incidência, de erro	
(2) o contratado essencial, que não	
tende ao pode ser	
inadimplemento da convalidado,	
obrigação pelo importando, assim,	
contratado ou à na desclassificação	
redução da da proposta, como	
qualidade do objeto modo de resguardar	
a nível inferior ao o interesse público,	
contratado, com bem como	
consequente não procedendo a	
atendimento da compete motivação	
necessidade dos atos, na forma	
da Administração. do Acórdão N°	
977/2024 –	
Plenário – TCU,	
como meio de	
inibir a	
apresentação de	
esclarecimentos,	
recursos e/ou	



	medidas judiciais que protelem a conclusão do processo. Mesmo adotando- se a medida de mitigação de riscos, acaso o evento se materialize, deverá ser avaliado a pertinência em se adotar as medidas necessárias para se elidir a situação, como instauração de processo administrativo,



								outra medida administrativa para constringir o fornecedor a honrar com os seus compromissos. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta o efeito, deverá ser instaurado o processo administrativo para apurar responsabilidade, bem como envidar esforços na análise da pertinência em se contratar os serviços por meio diverso.	
R-10	Licitatória	Realização de negociação, para com o licitante, de modo, tacanho	Ausência de parâmetros para conduzir negociação com	insegurança na condução da negociação e à adoção de critérios	3	3	9	O setor de licitações, quando da realização da sessão, deverá se	Contratante/ Contratado, a depender da ação



	efêmero, não conseguindo condições mais	os licitantes remanescentes e avaliar os	subjetivos, com consequentes: a) dificuldade de		precatar no ato de negociação das propostas, de modo	empregada no caso concreto.
	benéficas para à	descontos obtidos,	obter condições		a, em especial,	
	administração.	além de pouca	mais vantajosas para		solicitar auxílio	
	,	expertise do	a Administração;		técnico dos órgãos	
		agente ou dos	b) desclassificações		competentes para	
		membros da	precipitadas de		discernir, se,	
		comissão de	propostas que		quando da	
		contratação em	estejam acima do		negociação, poderá	
		técnicas de	orçamento		utilizar de	
		negociação.	estimado;		estratagemas mais	
			c) precipitação em		sofisticados, com o	
			aceitar propostas ou		azo de conceber	
			em reputar como		preço mais	
			frustrada a		vantajoso, como	
			negociação;		modo de resguardar	
			d) tentativa de		o interesse público,	
			negociação "a		bem como	
			qualquer custo",		procedendo a	
			porém, com		compete motivação	
			comprometimento		dos atos, na forma	
			da exequibilidade da		do Acórdão N°	
			proposta ou com a		977/2024 –	
			diminuição de		Plenário – TCU,	
			qualidade do objeto		como meio de	
			ofertado;		inibir a	



e) questionament sobre quebra isonomia e atraso contratação.	de	apresentação de esclarecimentos, recursos e/ou medidas judiciais que protelem a conclusão do processo.
		Mesmo em se adotando as medidas mitigatórias de risco, o evento se materialize, a administração deverá adotar as medidas para, a depender do caso concreto, empreende-se o reequilíbrio, com o fim de baixar o preço pactuado e/ou outra medida diversa para equalizar o preço



								tanto quanto menor poderia vir a ser. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta o efeito, deverá ser instaurado o processo administrativo para apurar responsabilidade, bem como envidar esforços na análise da pertinência em se contratar os serviços por meio diverso.	
R-11	Licitatória	Recusa na assinatura do instrumento,	"Provável desídia da eventual contratada"	Não formalização de instrumento	2	4	8	Em primeiro momento, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do	Contratante/ Contratado, a depender da ação empregada no caso concreto.



								contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, na forma do §2°, do Art. 90, da Lei N° 14.133/2021;	
R-12	Licitatória	O licitante. Por questões técnicas, não consegue proceder a assinatura do instrumento contratual	"Dificuldade do licitante, em proceder à assinatura, por diversos fatores, entre eles, destacam: Se for eletrônico, problemas de conexão de Internet e/ou problemas com o token e congêneres; Se for presencial, dificuldade com o deslocamento até o órgão; e	Não formalização de instrumento	2	4	8	Em primeiro Momento, prorrogar o prazo concedido para a assinatura do contrato, na forma do §1°, do Art. 95, da Lei N° 14.133/2021. Em segundo momento, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas	Contratante/ Contratado, a depender da ação empregada no caso concreto.



Em todo caso,		condições	
acaso seja		propostas pelo	
requerendo algum		licitante vencedor,	
critério de		na forma do §2°, do	
apresentação de		Art. 90, da Lei Nº	
documento, como		14.133/2021;	
condição à			
assinatura do		Em terceiro	
Contrato, o		momento, na	
licitante não		hipótese de	
conseguir		nenhum licitante	
providenciar.		aceitar praticar as	
		condições do 1º	
		(primeiro)	
		colocado, deverá:	
		convocar os	
		licitantes	
		remanescentes para	
		negociação, na	
		ordem de	
		classificação, com	
		vistas à obtenção de	
		preço melhor,	
		mesmo que acima	
		do preço do	
		adjudicatário, na	
		forma do Inc. I, do	



		§4°, do Art. 90, da Lei N° 14.133/2021; Em quarto momento, acaso as negociações aludidas no parágrafo anterior, restar fracassada, adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição, na forma do Inc. II, do §4°, do Art. 90, da Lei N°



								situações anteriores logrem êxito, avaliar a pertinência de repetição do certame, ou, em caso de extrema urgência e pertinência, contratar emergencialmente; abertura de PAAP	
RC-13	Licitatória	No caso de necessidade de empreender negociações, para com os licitantes remanescentes, para contratação, na forma do Inc. I, do §4°, do Art. 90, da Lei Federal N° 14.133/2021, esta ser módica e aquém do necessário.	Ausência de Expertise necessária, dos servidores competentes, para conduzir as negociações, e avaliar os descontos obtidos, levando-se para a tentativa de negociação "a qualquer custo", porém com	Ausência de expertise técnica, dos servidores responsáveis pela negociação e/ou ausência, no processo de licitação, de balizas técnicas que auxiliem os servidores	3	4	12	Capacitação dos servidores envolvidos com a negociação, bem como o estabelecimento de balizas técnicas no processo de licitação, para auxiliar os negociadores. Mesmo Adotando as medidas	Administração e/ou licitante desidioso



comprometimento da exequibilidade da proposta ou com a diminuição de qualidade do objeto ofertado; questionamentos sobre quebra de isonomia e atraso na contratação	anteriores, acaso o cenário se consubstancie, analisar os danos impostos, mediante abertura de PAAP, para analisar se o erro será convalidado, se há a possibilidade de retificação, seja mediante reequilíbrio econômico-financeiro, seja por empreendimento de aditivo qualitativo, e, em não sendo viável, analisar a pertinência de rescisão e, acaso
	e, em não sendo viável, analisar a pertinência de



								pertinente, contratação emergencial, com consequente aporte do licitante, eventualmente desidioso.	
R-14	Gestão do Contrato	Seleção indevida do eventual fornecedor	Falha no setor de aquisição, licitações e contratos em analisar de forma criteriosa as condições de habilitação e os requisitos mínimos a serem cumpridos pelo licitante no certame.	Interrupção no fornecimento dos serviços de patrocínio, em gênero amplo e outras ações promocionais.	1	4	4	Contratar emergencialmente; abertura de PAAP constatadas em processo administrativo aberto para este fim.	Contratado
R-15	Gestão do Contrato	Apresentação de documentação falsa, ou vencida, no ato da contratação	Má-fé ou inobservância da Contratada; não verificação por parte da Administração	Contratação de empresa indevidamente.	1	2	2	Exigir apresentação de documentos originais ou com cópias autenticadas. No ato do recebimento,	Contratante e/ou Contratado desidioso



								conferir com os originais. Consulta em sites de órgãos oficiais. Mesmo empreendendo-se a ação mitigatória, acaso o evento se materialize, adotar medida administrativa para sanear o contrato. Em caráter residual, avaliar a pertinência de contratação dos serviços por meio diverso ou não.	
R-16	Gestão do Contrato	Prestação de serviço de forma ineficaz ou em níveis de produtividade insuficiente.	Fiscalização ineficiente do serviço pelo fiscal de contrato. Falta de um método de	1.Haverá prejuízos nos eventos festivos, frente a ausência do apelo visual oriundo do patrocínio, locação de áreas de stand's e	3	3	9	Realizar a fiscalização do contrato de forma assídua e eficaz. Estabelecer um índice de medição do serviço	Contratante e/ou Contratado desidioso



	medição da qualidade do serviço prestado pela contratada por parte do fiscal de contrato. medição da qualidade do serviço prestado pela contratada de contrato. 2 Os serviços não atenderão todas as necessidades do evento	eficiente, conforme as especificações do instrumento convocatório. Mesmo adotando a medida mitigatória, acaso o cenário venha a se materializar, empreender as medidas necessárias para compelir o contratado a sanear a prestação dos serviços. Em caráter residual, acaso as medidas administrativas não surjam efeito, estudar a viabilidade em ou adotar os parâmetros do Art. 90, da Lei N°
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



								14.133/2021, para que outra venha a sanear a prestação do serviço, ou ainda, observar a viabilidade em se contratar por meio diverso.	
R-17	Gestão do Contrato	Atraso no cumprimento do prazo de início da prestação dos serviços de em gênero amplo e outras ações promocionais, bem como prestação de serviço a menor.	Displicência da Contratada e falha na fiscalização.	Risco de não prestação do serviço/objeto	5	4	20	Notificação da Contratada, determinação de prestação de serviço e abertura de Procedimento Administrativo de Aplicação de Penalidade. Mesmo adotandose as medidas mitigatórias de risco, acaso o evento venha a se materializar, empreender os atos administrativos necessários, para	Contratante e/ou Contratado desidioso







								um dos demais eventuais licitantes assumirem a execução contratual, ou, acaso não surta efeito, em segundo momento, estudar a viabilidade de contratação por meio diverso.	
R-19	Gestão do Contrato	Mesmo que mito remota a possibilidade de prorrogações contratuais, por se tratar de serviço de caráter frequente, o orçamento base da licitação e/ou propositura da proposta do licitante ultrapassará 01 (um) ano.	Simples decurso do tempo	Risco de rescisão contratual, pleiteada pelo contratado, já que o valor estará abusivo para e, inexoravelmente, teremos de rescindilo, já que, acaso houve-se a manutenção, sem qualquer alteração nos termos, sob pena de configuração de enriquecimento ilícito.	4	4	16	Solicitar e/ou responder de forma célere, o procedimento de reajuste, com o fim de preservar equilíbrio-financeiro, evitando, conquanto, o desabastecimento do serviço. Mesmo em se adotando as medidas administrativas mitigatórias, acaso o	Contratante e/ou Contratado desidioso



								evento venha a se materializar, em caráter residual, estudar a viabilidade ou, em primeiro momento, adotar os mecanismos do Art. 90, da Lei Federal N° 14.133/2021, para um dos demais eventuais licitantes assumirem a execução contratual, ou, acaso não surta efeito, em segundo momento, estudar a viabilidade de contratação por meio diverso.	
R-20	Gestão do Contrato	Aumento, superveniente, da necessidade dos serviços de captação de cotas de patrocínio, em gênero amplo e	Motivos supervenientes, quaisquer que sejam, alheios à vontade administrativo, que aumente a necessidade da	Risco de desabastecimento pleno, e, por consequência, não prestação do serviço a contento, dos serviços de captação	2	4	8	Proceder à análise do aumento, acaso ficar restrito aos limites dispostos no Art. 125, da Lei N° 14.133/2021. Mesmo em se adotando as	Contratante e/ou Contratado desidioso



		outras ações promocionais da 58ª Feira do Caminhão.	captação de cotas de patrocínio, em gênero amplo e outras ações promocionais do evento vindouro.	de cotas de patrocínio, em gênero amplo e outras ações promocionais da 58ª Feira do Caminhão, o que, em última análise pode vir a prejudicar a expressividade do evento público, bem como não conseguir resguardar a preservação da cultura municipal.				medidas administrativas mitigatórias, acaso o evento venha a se materializar, em caráter residual, estudar a viabilidade ou, em primeiro momento, adotar os mecanismos do Art. 90, da Lei Federal N° 14.133/2021, para um dos demais eventuais licitantes assumirem a execução contratual, ou, acaso não surta efeito, em segundo momento, estudar a viabilidade de contratação por meio diverso.	
R-21	Gestão do Contrato	Alteração de requisitos secundários da contratação, como a identificação da	Fatores externos alheios à vontade administrativa que incidem sobre a avença, como a	consequente inviabilidade do pagamento pelos serviços assiduamente	3	2	06	De modo prévio atentar-se para tais alterações durante a execução contratual, e	Contratante e/ou Contratado desidioso





								contratar o serviço por meio diverso. Ainda, acaso o licitante execute o serviço, mas tenha como vir a liquida o seu pagamento, pelos motivos acondicionados neste tópico, pagálo mediante indenização, bem como instaurar o competente procedimento de apuração de responsabilização.	
R-22	Gestão do Contrato	Falta de capacidade técnica das comissões processantes, falta de clareza acerca das responsabilidades e dos	Falta de capacidade técnica na estipulação dos termos contratuais, e/ou falta de capacitação dos membros da	consequente nulidade dos procedimentos, quando aplicados, impossibilidade de sancionar o contratado pelas infrações cometidas, sensação de	2	5	10	De modo prévio, proceder tanto a capacitação dos membros, responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes.	Contratante e/ou Contratado desidioso



procedimentos para condução dos processos administrativos com vistas à apuração de infrações relacionadas à execução do contrato, e normas pertinentes para condução desses processos estão esparsas, levando à não instauração dos processos ou à instrução dos processos sem os elementos mínimos necessários à validade (p. ex., estabelecimento	equipe fiscalização.	de	impunidade, e ambiente propício à recorrência de irregularidades na execução do contrato.		Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de	
necessários à validade (p. ex.,					dos demais licitantes, para	



		provas, garantia de contraditório e ampla defesa)						Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.	
RC-23	Gestão do Contrato	Falta de previsão de sanções específicas para obrigações relevantes do contrato, juntamente com a ausência de definição clara da irregularidade, da forma de cálculo da sanção e das evidências necessárias para a penalização	Falta de capacidade técnica na estipulação dos termos contratuais, e/ou falta de capacitação dos da equipe de fiscalização	levando à dificuldade de identificar o desvio a ser sancionado, de determinar o prejuízo causado e de calcular a sanção proporcional a ele, com consequente dificuldade para aplicar sanções que contribuam para trazer o contrato à normalidade, ou até mesmo a anulação das sanções aplicadas.	2	5	10	De modo prévio, proceder tanto a capacitação dos membros, responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes. Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize,	Contratante e/ou Contratado desidioso



		rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6°, do Art. 90, da Lei N° 14.133/2021. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito,	



								contratar o serviço por meio diverso.	
RC-24	Gestão do Contrato	Falta de consideração da dosimetria na aplicação de sanções (Lei 14.133/2021, art. 156, § 1º: natureza e a gravidade da infração, peculiaridades do caso concreto, circunstâncias agravantes ou atenuantes, danos)	Ausência e/ou capacitação inefetiva da equipe responsável pela fiscalização.	levando à falta de proporcionalidade e de razoabilidade da decisão, com consequentes questionamentos e anulação das sanções.	2	5	10	De modo prévio, proceder tanto a capacitação dos membros, responsáveis pela fiscalização e equipe responsável pela elaboração das diretrizes. Consequentemente, elaboração de termos contratuais mais precisos. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as	Contratante e/ou Contratado desidioso



								medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6°, do Art. 90, da Lei N° 14.133/2021. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.	
RC-25	Gestão do Contrato	Falta de atualização ou atualização intempestiva do	Tal evento pode ser originado tanto da falta de capacitação da	falta de publicidade da sanção aplicada e à ilegalidade por afronta ao art. 161	2	5	10	Proceder tanto a capacitação da equipe técnica, quando estabelecer	Contratado/ Fiscalização



Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep)	equipe técnica responsável quanto influxo de demandas assoberbante, levando a não disponibilização dos serviços em tempo hábil para tanto	da Lei 14.133/2021, com consequente ineficácia da sanção e participação indevida em licitações e/ou contratação, por outras organizações públicas, de empresa com restrições.		um fluxo administrativo equilibrado, para que estes possam dispor do tempo necessário para desempenhar suas funções. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais	
				•	



								remanescente, na forma do §6°, do Art. 90, da Lei N° 14.133/2021. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.	
RC-26	Gestão do Contrato	Desconhecimento, por parte dos responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, bem como do contratado, das sanções que podem ser aplicadas	Falta de transparência quanto aos termos pactuados.	execução contratual com aplicação intempestiva de sanções ou sem aplicação de sanções, com consequente não atendimento da necessidade da contratação, atritos entre as partes e contratações reiteradas de	2	5	10	Divulgação ostensiva dos termos contratuais, inerente às sanções e eventuais litígios. Mesmo com as precauções, acaso o risco se materialize, rescisão do termo contratual, com consequente deflagração do PAAD, bem como	Contratado/ Fiscalização



				empresas que não entregam os objetos contratados adequadamente, pois não apresentam registros que as desabonem, bem como judicializações.				proceder as medidas necessárias para prover a continuidade do abastecimento, seja com a convocação dos demais licitantes, para execução de remanescente, na forma do §6°, do Art. 90, da Lei N° 14.133/2021. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.	
RC-27	Gestão do Contrato	Receio do gestor de ser responsabilizado	Falta de discernimento sobre os impactos	Anulação precipitada do contrato, sem uma	2	4	8	Capacitação do servidor responsável por	Contratado/ Fiscalização



ilegalidade não seja de sua responsabilidade). soridos (caso a ilegalidade não seja de sua responsabilidade). liedalas administrativas diversas, como, a convocação de licitante para execução de remanescente, na forma do §6°, do Art. 90, da Lei Federal N° 14.133/2021. Em caráter residual, acaso nenhuma outra medida surta		pela manutenção de contrato eivado de ilegalidade insanável ou entendimento de que contrato viciado deve ser anulado a todo custo	inerentes a cada evento que possa vir a se consubstanciar, no sentido de não conseguir definir se o erro é passível de convalidação ou não.	de sua				diversas, como, a convocação de licitante para execução de remanescente, na forma do §6°, do Art. 90, da Lei Federal N° 14.133/2021. Em caráter residual, acaso nenhuma	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------	--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--



nor maio diverso										efeito, estudar a viabilidade e pertinência de contratar o serviço por meio diverso.	
------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------	--

- 1. Descrição da fase prevista para contratação.
- 2. O evento de risco incerto que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.
- 3. Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.
- 4. Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.
- 5. A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela abaixo:

	ESCALA DE PROBABILIDADE		ESCALA DE IMPACTO				
DESCRITOR	DESCRIÇÃO	NÍVEL	DESCRITOR	DESCRIÇÃO	NÍVEL		
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência	1	Muito Baixa	Impacto insignificante nos objetivos	1		
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência	2	Baixa	Impacto mínimo nos objetivos	2		
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido	3	Média	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação	3		



Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido	4	Alta	Impacto significante nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante	5	Muito Alta	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação	5

6. Após o resultado do cálculo de probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

NÍVEL D	DE RISCO
1-2	Baixo
3 – 6	Médio
7 – 13	Elevado
14 – 25	Extremo

- 7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para o tratamento do risco identificado.
- 8. Identificar o responsável ou responsáveis pela ação proposta.
- 2. Acompanhamento das Ações de Tratamento de Riscos
 - 2.1. Nenhum acompanhamento incluído.
- 3. Responsáveis:
 - **3.1.** Setor Demandante e Equipe de Planejamento.



• Técnicos e requisitantes responsáveis pela elaboração da Matriz de Risco: A elaboração desta Matriz de Risco foi conduzida por uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais capacitados e experientes na área descrita neste documento. Este grupo, Setor demandante e equipe de

planejamento, uniu seus conhecimentos técnicos-operacionais para garantir a precisão e abrangência das informações contidas neste documento. A

atuação conjunta desses profissionais assegurou a compilação de requisitos essenciais, a definição clara dos parâmetros técnicos e a adequada reflexão

das necessidades da Secretaria Municipal de Cultura de Itabaiana/SE.

1.1. Integrante da equipe de planejamento responsável pelas orientações gerais desta Matriz de Risco: Um membro-chave da equipe de planejamento

desempenhou papel fundamental na orientação e coordenação desta Matriz de Risco. Este integrante, detentor de conhecimentos abrangentes

sobre aspectos operacionais e regulamentares pertinentes a contratação da empresa especializada na prestação de serviços para captação de cotas

de patrocínio, em gênero amplo e outras ações promocionais da 58ª Feira do Caminhão. O técnico foi responsável por fornecer as diretrizes gerais

que orientaram a elaboração deste documento. Sua gestão e sua compreensão aprofundada dos objetivos Secretaria Municipal de cultura de

Itabaiana/SE, garantiram que as orientações refletissem as necessidades específicas e a visão estratégica da Secretaria Municipal de Cultura de

Itabaiana/SE.

Alessandro Magno Do Nascimento Membro convidado